REGISTRO DE IMIGRANTES: ESTRATÉGIA DE PESQUISA

Ismênia de Lima Martins
(UFF / FAPERJ)

O presente texto integra um esforço investigativo iniciado em novembro de 2005, quando o Cepese (Centro de Estudos de População e Sociedade, da Universidade Lusíada e da Universidade do Porto) e a Faperj (Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo a Pesquisa, do governo do estado do Rio de Janeiro) assinaram convênio para cooperação sistemática entre instituições brasileiras e portuguesas no estudo das migrações.[1] No âmbito desse acordo foi realizado o 1.º Seminário Internacional sobre Imigração Portuguesa no Brasil,[2] na cidade do Rio de Janeiro.

No intuito de contribuir para o entendimento das questões assinaladas naquela op ortunidade, apresentei, no seminário de 2006, ocorrido na cidade do Porto, sob os auspícios do Cepese,[3] um estudo de fontes, intitulado "Rela-

1 Esse projeto prevê a criação de um portal autônomo na *Internet*, no qual constem as listagens dos imigrantes portugueses vindos para o Brasil a partir de 1822, cuja base de dados contemplará os seguintes itens: nome, idade, sexo, naturalidade, estado civil, nível de alfabetização, profissão, acompanhantes, destino no Brasil.

2 1.º Seminário Internacional sobre Imigração Portuguesa no Brasil, Rio de Janeiro, novembro de 2005. Os anais relativos a esse encontro e que sinalizam as questões discutidas foram publicados na coletânea organizada por MARTINS, Ismênia; SOUZA, Fernando de. *Portugueses no Brasil*: migrantes em dois atos. Niterói: Muiraquitã, 2006.

3 Os anais desse Seminário se encontram no prelo.

ções e registros sobre a imigração portuguesa no Rio de Janeiro: uma análise crítica das fontes".

Tal estudo pretendeu, em primeiro lugar, recuperar aspectos político-administrativos da imigração no Brasil dentro da perspectiva temporal enunciada, e em segundo lugar, elaborar uma análise pormenorizada de uma das fontes que hoje integra o fundo documental da Divisão de Polícia Marítima Aérea e de Fronteira,[4] pertencente ao acervo do Arquivo Nacional, no caso, as listagens de vapores.

Propunha-se de um lado, o estudo das rotas, da diversidade tipológica e dos aspectos materiais da documentação, e de outro, uma análise crítica dos dados coletados.

No sentido de adensar o estudo anterior e responder às questões surgidas na pesquisa, neste trabalho sistematizou-se uma análise comparativa de dois diferentes *corpus* documentais pertencentes ao acervo do Arquivo Nacional: a conhecida listagem de vapores, do fundo DPMAF, e os pouco estudados Registros de Imigrantes da Hospedaria da Ilha das Flores, do fundo do Departamento Nacional de Povoamento.

No caso das citadas fontes, foi contemplado o período entre 30 de março e 30 de abril de 1884. E, a fim de melhor compreendê-las e dar suporte a novas interpretações, foram consultados os relatórios ministeriais da pasta da agricultura, nos anos de 1881 a 1885.[5]

Portanto, o texto que ora vem a público, muito além de demonstrar o potencial das fontes citadas, cumpre o triplo objetivo de perscrutar suas informações e, dessa forma, possibilitar novas hipóteses de pesquisa, para finalmente apreender algumas particularidades da imigração portuguesa no Brasil.

---

4 Vale dizer que esse acervo é composto por listagens de passageiros das embarcações que chegaram aos portos brasileiros, fichas consulares de qualificação, entradas e saídas ou pedidos de vistos, entre outros, no período de 1875 a 1964, no total de 451,52 metros lineares.

5 BRASIL. Agricultura. *Relatórios Ministeriais*. Disponível em: <www.crl.edu>. Acesso em: 1.º out. 2007.

DA PESQUISA: FONTES E METODOLOGIA

1. As listagens de vapores do Arquivo Nacional

Uma listagem de vapores é, antes de tudo, uma relação de nomes e informações variadas dos passageiros a bordo de um navio. Todavia, quase sempre as relações referem-se apenas àqueles oriundos da terceira classe, os legalmente classificados como emigrantes.[6]

Estudos anteriores mostraram que as constantes alterações na legislação imigratória garantiu certa "liberdade" aos capitães de navios para produzirem o documento, especialmente no preenchimento dos dados, tanto os relativos aos emigrantes como aqueles que diziam respeito ao cotidiano a bordo, e às particularidades do vapor, como tonelagem e tripulação.

Essas observações são importantes uma vez que o transporte de emigrantes transformou-se, no último quartel do século 19, num dos principais negócios, envolvendo diversos países europeus.

Longe de possuir um padrão específico, as relações ou listagens de vapores constituem-se em documentação heterogênea, que varia em tamanho e conteúdo, podendo incluir diversas listagens, assinadas por diferentes personagens como o capitão, a companhia introdutora dos emigrantes – no caso específico de o vapor transportar contratados –, os oficiais da emigração nos diversos portos de procedência desses trabalhadores, e ainda, listagem e observações do representante da Inspetoria Geral de Terras e Colonização.[7] Algumas trazem, também, a relação das bagagens dos imigrantes.

Não obstante sua diversidade tipológica, as listagens de vapores sinalizam um amplo conjunto de questões sobre a época, tais como o problema dos subsídios, a re-imigração e falsificação de passaportes, a ambigüidade das le-

---

6 BRASIL. Agricultura. *Relatório do Anno de 1881-2* . Apresentado à Assembléia Geral na 2.ª sessão da 18.ª Legislatura. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882. Disponível em: <www.crl.edu>. Acesso em: 1.º out. 2007: "sendo considerados por taes todos os estrangeiros chegados de portos exteriores como passageiros de 3.ª classe..." (p. 140).

7 A Inspetoria Geral de Terras e Colonização, criada em 1876, era o órgão responsável, no período de 1876-1896, pela promoção da imigração espontânea, pela fiscalização dos contratos celebrados para a importação de imigrantes e sua matrícula, assim como pela ordenação da Hospedaria dos Imigrantes da Ilha das Flores.

gislações sobre o assunto nos países envolvidos e a sociabilidade nos navios, entre tantas outras, que as tornam merecedoras de estudos mais aprofundados.

Porém, neste caso específico, objetivamos cruzar as informações contidas nessa fonte com aquelas das listagens da Hospedaria da Ilha das Flores. Para tanto foram examinados todos os 24 vapores que entre 31 de março e 30 de abril de 1884 adentraram o porto do Rio de Janeiro, estabelecendo-se a Tabela 1:[8]

TABELA 1 – Número de imigrantes no porto do Rio de Janeiro, por vapor, 31 de março a 30 de abril de 1884.

Vapor	Procedência	Entrada	Imigrantes (Total)
Tagus	Southampton	31.03	360
Orion	Rio da Prata	31.03	4
Buenos Ayres[9]	Hamburgo	31.03	152
Niger	?	1.04	9
Magellan	?	2.04	172
Graf Bismark	Bremem	3.04	51
Senegal	?	9.04	134
Montevideo	Hamburgo	12.04	113
Ville de Montevideo	Havre	14.04	12
Orenhoque	Rio da Prata	15.04	4
Galileo	?	16.04	15
La Plata	?	16.04	273
Biela	Liverpool	18.04	48
Britannia	Lisboa	18.04	128
Rio da Prata	?	?	38
Minho	Rio da Prata	21.04	7
Mondegos	Southampton	23.04	8
La France	Marselha	24.04	240
Aderence	Nova York	24.04	10
Avone	Rio da Prata	24.04	4
Silver Clauder	Santa Helena	27.04	11
Komprimz	?	28.04	69
Ville de Pernambuco	Havre	30.04	46
Trent	?	30.04	142

8 Essas listagens se encontram microfilmadas no Arquivo Nacional, AN/DPMAF, Microfilme 053/95, Fotogramas 0165 a 238.

9 Esse vapor especificamente apresentou duas listagens, com quantitativos diferentes. A 1.ª aponta 152 imigrantes, a maioria portugueses; a 2.ª destaca apenas 33 portugueses e se refere a contratados.

Ao todo esses vapores, que aportaram no Rio de Janeiro, então sede do Império do Brasil, trouxeram a bordo 2.050 imigrantes. Embora não tenha sido possível apreender informações sobre o conjunto, podem-se tabular aquelas relativas ao sexo, nacionalidade, profissão e estado civil.[10]

Dos 2.050 imigrantes, 1.531 eram homens maiores de 12 anos (74,68%), contra 154 mulheres na mesma condição. Em relação às crianças, 151 foram arroladas nessas listagens apenas como "filhos". Dos demais 214, o estado precário da documentação impediu a identificação precisa.

Dos 1.501 que tiveram sua nacionalidade registrada, 583 (38,84%) eram portugueses, 401 (26,71%) italianos, 122 (8,12%) alemães e 43 (2,86%) espanhóis. Os registros de 254 (16,92%) indivíduos encontravam-se ilegíveis. Os outros pertencem a um conjunto de oito diferentes nacionalidades.

No que se refere às profissões, apenas 1.017 tiveram esse item preenchido de modo satisfatório; desses, 969 (95,28%) foram definidos como "trabalhadores".[11] Os menos de 5% restantes apresentam qualificação profissional compreendida entre mais de vinte profissões/ofícios diferentes.

Quanto ao estado civil, do total desembarcado foi possível apurar o *status* de apenas 867, dos quais 560 (64,59%) eram solteiros, 240 (27,68%) casados e sete viúvos. Os sessenta restantes não foram identificados.

Finalmente, verifica-se que os dados coletados, embora parciais, evidenciam o perfil traçado pelos especialistas do tema, para os imigrantes que vêm no período: a predominância de homens, solteiros ou desacompanhados; a maioria de portugueses, seguidos por italianos, e substancialmente trabalhadores não especializados.

---

10 As demais informações apuradas foram relativas a idade, procedência, profissão, classe, religião, quantidades de estadas no país, se era contratado ou espontâneo, destino, passaportes e bagagens. Na realidade, nem todos os capitães preenchiam corretamente as listagens, deixando parte dos itens em branco. Vale dizer que as listagens de vapores acabavam por se constituir em documentos muito variáveis, pois na falta de um padrão obrigatório para o preenchimento, dependiam da vontade e dos interesses dos capitães.

11 Na realidade, desses 969, 659 foram arrolados como "trabalhadores" e 310 como *journaliers*.

2. O Registro de Imigrantes da Hospedaria da Ilha das Flores

Diferentemente das listagens de vapores, os Registros da Hospedaria Ilha das Flores, são fontes menos conhecidas e, por conseguinte, menos estudadas.[12] Porém, antes da efetiva comparação entre essas duas fontes, vale refletir sobre o contexto de criação da Hospedaria.

No ano de 1881, o Inspetor Geral de Terras e Colonização registra em seu relatório ao ministro da Agricultura os baixos índices de imigrantes, ressaltando que apenas 25% do total em trânsito desembarcava nos portos brasileiros. Da mesma forma comentava desapontado que destes, dois terços eram de nacionalidade portuguesa, e aqui chegavam independentemente dos esforços oficiais para atrair "estrangeiros". E concluía pela "necessidade de se criar uma lei que proveja de modo definitivo a esta grande necessidade, estatuindo quaes favores serão concedidos aos immigrantes".[13]

No mesmo Relatório, o inspetor geral reconhecia a precariedade da situação encontrada pelo imigrante ao desembarcar:

> o estado atual das cousas em que o immigrante, chegado à província onde tem de se estabelecer, nenhuma informação e nenhum auxílio recebe, é próprio a estancar dentro de pouco tempo essa mesma frouxa corrente de immigrantes espontaneos, que sem dúvida são em grande parte attrahídos pelos parentes, amigos e conterrâneos que povoam os estabelecimentos coloniais.[14]

A recepção ao imigrante ficava a cargo de hospedarias particulares, e tudo indica que às expensas do Estado. No relatório de 1882, entrevêem-se algumas dessas casas, e o tipo de negócios que o governo mantinha com elas:

---

12 Embora criado no âmbito da Inspetoria Geral de Terras e Colonização, sua documentação foi recolhida no fundo do Departamento Nacional do Povoamento, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, criado para substituir órgão similar, em 1932. No caso da Hospedaria, o acervo compreende o período 1883-1932, respectivamente início e encerramento da Hospedaria. Cf. BR NA, RIO OB.

13 Relatório do Anno de 1881 (Agricultura). Brazil. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1881-2. p.141.

14 Relatório do Anno de 1881 (Agricultura). Brazil. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1881-2. p.141.

> À Empresa particular de Agostinho Pires & Ca., que mantêm uma hospedaria no logar denominado Baldeador, foram concedidos para os immigrantes, que importar, hospedagem n'esta corte e transporte para as localidades onde houverem de estabelecer-se, nas mesmas condições em que são concedidos estes favores aos immigrantes espontaneos.
>
> O serviço de desembarque, reembarque e hospedagem continuou a ser feito mediante contrato com Cardoso de Albuquerque & Ca., que para este fim mantêm uma hospedaria no morro da Saude, sendo ultimamente suspenso o contrato...[15]

Decidido a mudar esse quadro, quem sabe "disciplinar" o mundo dos negócios que envolviam a imigração e ampliar o fluxo de imigrantes, o Inspetor sugere providências, uma das quais a criação de uma hospedaria oficial de imigrantes, propondo a:

> construção de um edifício adequado à recepção de immigrantes, em condições de comportar o movimento annual de 50.000 indivíduos; e organização de um serviço de informações, locação e venda de terras que habilite o colono recem chegado a collocar-se convenientemente ...; Hospedagem de até 8 dias; ...[16]

Criada no ano de 1882, a Hospedaria fez parte desse conjunto de providências que objetivavam, entre outras coisas, fomentar a vinda de "braços úteis" de "nações mais cultas",[17] para o país, bem ao gosto da corrente anti-lusitanista, então com grande influência.

Nesse mesmo ano, o governo adquiriu por 170:000$ a Ilha das Flores e duas outras contíguas, móveis e utensílios, e fez construir um prédio com capacidade para oitocentos a mil imigrantes.[18] No ano de 1884, embora os relatórios não mencionem a existência de uma enfermaria, contava com médico e enfermeiro.[19]

---

15 Relatório do Anno de 1882 (Agricultura). Brazil. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882. p. 222.

16 Relatório do Anno de 1881 (Agricultura). Brazil. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1881-2. p. 208.

17 Relatório do Anno de 1883 (Agricultura). Brazil. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884. p. 213.

18 Relatório do Anno de 1882 (Agricultura). Brazil. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882. p. 222.

19 Relatório do Anno de 1884 (Agricultura). Brazil. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884. p. 361.

A Hospedaria abriu suas portas em 1883, e no relatório desse ano o inspetor geral, atento às suas obrigações, deixou consignada a obrigatoriedade da passagem pela Ilha das Flores para todos os imigrantes chegados ao Rio de Janeiro:

> nessa cidade são recebidos pela Inspetoria Geral de Terras e Colonização *todos os passageiros entrados de portos estrangeiros em 3ª classe e immediatamente transportados com suas bagagens para a Hospedaria da Ilha das Flores* onde são agasalhados gratuitamente até o máximo de 8 dias, salvo circunstâncias extraordinárias.[20] (grifos meus)

De acordo com o material coletado, os livros de registros, padronizados, arrolavam informações sobre o porto e a data de entrada do imigrante, seu número de ordem, nome, idade, estado civil, profissão, religião, destino e data de saída. A análise mostrou aí uma efetiva preocupação dos agentes do Estado em preencher os itens – diferentemente do que se observou nas listagens de vapores –, o que denuncia mais uma vez o quanto a documentação dos vapores poderia ser manipulada por seus capitães, os quais anotavam os dados conforme interesse próprio ou da companhia de navegação.

Objetivamente, entre 31 de março e 30 de abril de 1884 apareceram listados nos registros da Hospedaria imigrantes procedentes de 17 vapores dos 24 que aportaram nesse mês,[21] perfazendo um total de 620 indivíduos "agasalhados" na Ilha das Flores, cerca de 30% do total de desembarcados no Rio de Janeiro. O resultado do cruzamento dos dados referentes às duas fontes analisadas apresenta-se na Tabela 2:

---

20 Relatório do Anno de 1883 (Agricultura). Brazil. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884. p. 214.

21 AN/DNP, Microfilme 008.32/82, Livro 10, p.105-24.

TABELA 2 – Porcentagem de pessoas hospedadas na Ilha das Flores, por vapor, 31 de março a 30 de abril de 1884.

Vapor	Total de Passageiros	Total – Hospedaria	Porcentagem
Tagus	360	24	6,7
Orion	4	0	0
Buenos Ayres	152	34	22,4
Niger	9	0	0
Magellan	172	36	21
Graf Bismark	51	53[22]	104
Senegal	134	42	31,4
Montevideo	113	57	50,4
Ville de Montevideo	12	8	66,7
Orenhoque	4	2	50
Galileo	15	1	6,7
La Plata	273	70	25,6
Biela	48	20	41,7
Britannia	128	31	24,2
Rio da Prata	38	0	0
Minho	7	0	0
Mondegos	8	6	75
La France	240	145	60,4
Aderence	10	0	0
Avone	4	0	0
Silver Clauder	11	0	0
Komprinz	69	68	98,6
Ville de Pernambuco	46	4	8,7

Da leitura dos dados, algumas questões surgem imediatamente – por que apenas 30% do total, isto é, 620 dos 2.050 imigrantes desembarcados no período, foram registrados na Ilha das Flores? Por que os 1.430 restantes livraram-se dessa obrigatoriedade, uma regra conforme os relatórios ministe-

22 Caso único, o registro da Hospedaria evidenciou um número maior de imigrantes que o declarado pelo capitão do vapor, o que pode sugerir um erro no preenchimento da listagem.

riais? Além disso, quem são esses imigrantes que aparecem registrados na Hospedaria?

Sem dúvida, a melhor parte de um estudo de fonte são as indagações, as perguntas que nascem do dado. Assim, reinterpretando as próprias informações apresentadas neste texto, especialmente aquelas referentes aos relatórios ministeriais, podemos verificar na fala do inspetor geral uma tentativa de *disciplinar* os negócios da imigração, aqueles referentes à ação das firmas particulares, afastadas do "jogo" pelo braço do Estado, como também de ampliar o controle do governo sobre o destino do recém-chegado, uma vez que se especificava a obrigatoriedade de passagem pela Hospedaria oficial.

Havia também, indiscutivelmente, o desejo de melhorar a imagem do Brasil para as "nações cultas" exportadoras de mão-de-obra, e assim "garantir a inoculação de sangue generoso nas veias nacionais",[23] sublinhando, uma vez mais, as clivagens ideológicas do ideal de branqueamento.

Sabe-se por uma vasta bibliografia que o "Fazer a América" foi responsável pela urbanização da vida de milhares de camponeses, no período. No Brasil, imigrantes portugueses em especial preferiram alocar-se nas cidades a instalarem-se nos campos. Lená Medeiros de Menezes, estudiosa da imigração portuguesa, afirmou certa vez: "analisar a imigração portuguesa nos cem primeiros anos de vida independente do Brasil significa privilegiar as grandes cidades litorâneas como *locus* privilegiado de reflexão, com destaque à capital. Significa também, mergulhar em um espaço privilegiado: o do comércio".[24]

Porém, a orientação da política imigrantista do período era a substituição dos braços escravos nas lavouras de café por mão-de-obra branca européia. Portanto, numa hipótese, a suposta necessidade de "disciplinar os negócios da imigração", conforme apontado nos relatórios, pode sugerir a preocupação em fixar o imigrante recém-chegado ao campo. Assim, a obrigatoriedade da estada na Hospedaria, o preenchimento sistemático dos dados e

---

23 Relatório do Anno de 1883 (Agricultura). Brazil. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883. p. 213.

24 MENEZES, Lená M. Jovens portugueses: histórias de trabalho, histórias de sucessos, histórias de fracasso. In: GOMES, Angela. *Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro*. [Rio de Janeiro: Sette Letras, 2000]. p.164.

o mapeamento do destino do imigrante poderiam, em tese, garantir sua ida para a agricultura.

A tomar como correta essa hipótese, depreende-se que no período em exame a estratégia do governo não acertou o alvo, porquanto apenas 30% (620) dos 2.050 desembarcados passaram pela Hospedaria. Destes, foi possível apurar que 72,41% eram homens, contra apenas 10,6% de mulheres e 12,4% de crianças. Dos registrados, apenas 5% não tiveram sua identificação apurada.

Desse total, 53,88% eram solteiros, 42,4% casados, e 3,6% inscritos em outras categorias. Dessa forma verificou-se um baixíssimo número de famílias nos registros, o que comprova uma vez mais o perfil clássico dos imigrantes no período.

Dos 620, 311 eram de nacionalidade portuguesa, ou seja, 50,16%, seguidos de 43,8% de italianos e alemães (respectivamente 22,90% e 20,96%). Os demais, pouco significativos, inscrevem-se em diversas nacionalidades.

Do montante registrado, 91% foram anotados como "trabalhadores".

Finalmente, os destinos assinalados foram os mais diversos: 234 (37,74%) rumaram para São Paulo, 102 (16,45%) para Porto Alegre, 24 (3,8%) declararam a Corte como seu destino. Os demais (cerca de 260) dirigiram-se a pequenas cidades do interior fluminense, do Espírito Santo e de Minas Gerais.[25]

Nada parece indicar, contudo, que essas pessoas tenham ido realmente para os destinos anotados, muito menos para a agricultura, caso dos que rumaram para cidades como Porto Alegre, São Paulo, e a Corte.

Portanto, embora a Hospedaria garantisse um controle maior sobre os estrangeiros, este era sempre parcial, passível de manipulação.

Outro dado que deve ser apreciado é a referência às nacionalidades. Observe-se a Tabela 3:

25 Pelotas, Leopoldina, Serraria, Itajahy, São Geraldo, Caranday e Santos, entre outras. Apenas duas pessoas não declararam seu destino.

TABELA 3 – Total de imigrantes hospedados, por vapor, 31 de março a 30 de abril de 1884.

Vapor	Total de imigrantes	Total – Hospedaria	Porcentagem
Graf Bismark	51 (44 alemães)	53	104
Komprinz	69 (64 alemães)	68	98,6
La France	240 (228 italianos)	145	60,4
Trent	142 (142 italianos)	19	13,3
Senegal	134 (124 portugueses)	42	31,4
La Plata	273 (242 portugueses)	70	25,6
Buenos Ayres	152 (135 portugueses)	34	22,4

Não obstante os portugueses liderarem o *ranking* de imigrantes na Hospedaria, cerca de 50% do total, contra 23% de italianos e 21% de alemães, podemos observar ao usar a regra da proporcionalidade que os vapores transportando quase exclusivamente italianos e alemães, como o *Graf Bismark*, o *Komprinz* e o *La France*, enviaram quase todos eles à Hospedaria, à exceção do *Trent*: dos 142 italianos, apenas 13 (3%) foram registrados na Ilha das Flores. Os vapores de maioria portuguesa, ao contrário, enviaram menos gente, despejando um montante muito maior e livre de controle na Corte.

Isto posto, conclui-se que os portugueses vão menos para a Hospedaria. A Ilha das Flores é, na prática, um reduto destinado aos estrangeiros. De fato, os lusitanos, em razão da familiaridade da língua, da migração interna do Reino – característica do período colonial –, daquela que se verificou no 1º Reinado, e, por conseguinte, dos laços históricos e familiares que existiam à época da grande emigração, devem ser considerados como "outros", aqueles que eram portadores de uma experiência cultural próxima à existente no Brasil. Ao longo de todo o Império, foram nosso "outro lado" – diferentes dos demais, verdadeiramente estrangeiros nesta terra.

Os laços que prendiam "os outros" ao Brasil provavelmente foram responsáveis pelo desembarque da maioria na Corte, onde eram recebidos por parentes ou amigos, e encaminhados diretamente para armazéns,[26] ou para pensões especializadas na sua recepção. Para os demais – italianos, alemães e espanhóis, entre outros –, a hospedaria se transformou na 1ª forma de sociabilidade dos "estrangeiros" em terras brasileiras.

26 Cf. MENEZES, Lená, 2000. p. 171.